

Universidade Federal da Grande Dourados

José Mateus Oviedo do Nascimento

Renda, raça/cor e moradia: Análise das disparidades de dois setores censitários da cidade de Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil

Dourados
2021

José Mateus Oviedo do Nascimento

Renda, raça/cor e moradia: Análise das disparidades de dois setores censitários da cidade de Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Engenharia Civil como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Engenharia Civil.

Orientadora: Lôide Angelini Sobrinha
Área de concentração: Engenharia Civil

Dourados
2021



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

ANEXO H – ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Às 09:40 horas do dia 22 de novembro de 2021, realizou-se no Google Meet a defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso em Engenharia Civil, intitulado Renda, raça/cor e moradia: análise das disparidades de dois setores censitários da cidade de Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil, de autoria do discente José Mateus Oviedo do Nascimento, como requisito para a aprovação no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso II.

Após a defesa e posterior arguição, a banca examinadora concluiu que o Trabalho apresentado deve ser:

(x) Aprovado

() Reprovado

O discente declara ciência de que a sua aprovação está condicionada à entrega da versão final (corrigida e assinada) do Trabalho de Conclusão de Curso, nos termos em que especifica o regulamento do componente curricular, em anexo ao Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Civil da UFGD. A orientadora se responsabilizará pela verificação e aprovação das correções do manuscrito feitas pelo discente para a elaboração da versão final.

OBSERVAÇÕES ADICIONAIS

DISCENTE

Nome: José Mateus Oviedo Nascimento

Assinatura:

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Lôide Angelini Sobrinha Assinatura: _____

Membro: Maurício Polidoro Assinatura: _____

Membro: Christian Souza Barboza

Assinatura: _____

RENDA, RAÇA/COR E MORADIA: ANÁLISE DAS DISPARIDADES DE DOIS SETORES CENSITÁRIOS DA CIDADE DE DOURADOS, MATO GROSSO DO SUL, BRASIL

NASCIMENTO, José Mateus Oviedo do; ANGELINI SOBRINHA, Lôide
jo_mateusoviedo@hotmail.com¹; loidesobrinha@ufgd.edu.br²;

Discente do curso de Engenharia Civil da UFGD¹; Docente do curso de Engenharia Civil da UFGD²

RESUMO - A rápida expansão urbana brasileira no século XX fez surgir uma complexa rede de relações entre as cidades que, por sua vez, revelou um cenário dualista entre os projetos padrões utilizados nas edificações e a estratificação socioeconômica da população. Este trabalho caracterizou moradias em dois setores censitários da cidade de Dourados a partir de dados censitários e físicos. Para isso, definiu-se o que é um projeto padrão e como ele se subdivide e, com uso do QGIS e da base de dados do IBGE, obteve-se mapas temáticos que permitiram caracterizar a cor ou raça e a renda dos residentes dos setores. Após cruzar os dados e relacionar o projeto padrão, à renda e à cor dos residentes da área de estudo, discutiu-se sobre as diferenças sociais em Dourados e como isso se aplica na prática do processo constante de expansão urbana.

Palavras-chave: espaço urbano; uso do solo; projeto padrão.

ABSTRACT – The fast urban expansion in Brazil in the 20th century gave rise to a complex network of relationships between cities, which revealed a dualist scenario between the standard projects used in buildings and the socioeconomic stratification of the population. This undergraduate thesis characterized houses in two census tracts of Dourados city using the census and physical data. For this, it was defined what is a standard project and how it is subdivided and, using the QGIS and the IBGE database, thematic maps were obtained which allowed characterizing the color or race and the income of the residents of the sectors. After crossing the data and relating the standard project, the income and the color of the residents in the study area, the social differences in Dourados and how this applies in the practice of the constant process of urban expansion were discussed.

Keywords: urban space; soil use; standard project.

1 INTRODUÇÃO

É sabido que o crescimento populacional está diretamente relacionado com o crescimento urbano, contudo, mais do que isso, está interligado com um cordão umbilical à algumas das necessidades que o capitalismo tem para sobreviver (HARVEY, 2001). O cenário atual do crescimento das cidades no Brasil revela uma herança colonial-escravista em suas dinâmicas, que por sua vez são concentradas em uma profunda contradição entre as leis e projetos de desenvolvimento e a desigualdade social e ocupação predatória do espaço (MARICATO, 2006), além disso, destaca-se o crescimento de quase 80% da população urbana brasileira no século XX, um fato que demonstra a urgente necessidade de análises e proposição de medidas no âmbito do uso do espaço urbano.

Com base nisso, é impossível ter uma perspectiva da situação atual das ocupações nas cidades sem levar em consideração a história da urbanização brasileira. A centralização do poder, inversamente proporcional à autonomia dos governos municipais (ARRETCHE, 2004), foi peça importante no desenvolvimento da especulação do espaço. Nas décadas de 60 e 70 surgiram políticas de habitação e saneamento baseadas na delegação de empréstimos aos municípios, efetuados pelo governo federal, utilizando a arrecadação líquida do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço). O problema deste sistema foi que ele se sustentou através de tarifas nos serviços prestados pelas empresas públicas e privadas, que receberam esses empréstimos do governo federal ou do Estado, portanto, para garantir que o sistema conseguisse persistir, as cidades necessitaram dar retorno ao “investimento”, gerando um ciclo que beneficiou grandes metrópoles e suas regiões de influência (ROLNIK e KLINK, 2011).

Moldadas pelo controle do Estado no zoneamento, as cidades foram “vendidas” para as camadas mais ricas da sociedade. Esta mercantilização dos espaços urbanos prejudicou as camadas mais pobres da população em detrimento do interesse dos grupos com maior poder de investimento privado (SAULE, 2016). O mesmo autor destaca que, de acordo com as dinâmicas históricas-sociais-geográficas do uso do solo, surgiram processos como a precarização dos bairros mais pobres e a segregação urbana, assim muitos espaços públicos e serviços básicos foram privatizados, além disso, os

investimentos em projetos de infraestrutura passaram a atender o interesse da especulação imobiliária.

Dourados se insere nestas dinâmicas do crescimento urbano, condicionadas às contradições sociais e institucionais, como uma cidade que vem crescendo populacionalmente mais do que a média nacional, resultado de fatores como o fluxo migratório e a regionalidade político-econômica (SABINO, 2014). O condicionamento histórico da cidade revela a grande influência dos planos habitacionais dirigidos pelo Estado, além disso, geograficamente, possui uma posição que é estratégica na rede urbana sul matogrossense (SILVA, 2012).

Localizada ao centro sul do estado, a cidade de Dourados possui uma importante posição geográfica no fluxo político-econômico, pois engloba as relações espaciais das cidades vizinhas e da fronteira (SILVA, 2012). A cidade foi palco de muitos acontecimentos históricos, não só no Brasil, mas enquanto território da Espanha no século XVI. Conflitos de ordem política, econômica e, sobretudo, cultural, marcaram a formação do que chamamos de “região da grande Dourados” (NAGLIS, 2008). Com o fim da guerra do Paraguai (1864-1870) e a consolidação da Cia Matte Laranjeira, detentora de um poder econômico superior ao então estado de Mato Grosso do Sul, a região toma visibilidade no cenário econômico nacional (NAGLIS, 2008).

No século XX, o então presidente Getúlio Vargas visou criar uma reestruturação da economia brasileira em resposta à crise mundial de 1929. Esta política consistia no incentivo à industrialização e na ocupação de territórios nacionais com potencial agrícola e posição estratégica na fronteira com o Paraguai, através da criação de colônias agrícolas (SILVA, 2016). Ainda segundo o autor, o surgimento da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), em 1943, foi um marco histórico-social para a região do atual Mato Grosso do Sul, pois deu início à ocupação dos espaços “vazios” da parte oeste do Brasil. Além disso, a partir da década de 70, houve o investimento do governo federal na modernização da indústria e do campo, que tinha como objetivo tornar a região atrativa a processos de migração e que conseqüentemente fizesse surgir pólos que fossem capazes de ampliar as redes urbanas do país (SILVA, 2012).

A população da cidade aumentou aproximadamente 11 vezes entre o seu início, através da CAND na década de 40, e o fim do século XX (PERFIL SOCIOECONÔMICO DE DOURADOS, 2018). O crescimento econômico, populacional e da sua rede de influência fizeram a cidade tornar-se uma capital regional (REGIC), com alta importância

na porção centro-sul do estado, pois atende as cidades vizinhas como prestadora de serviços, mão de obra, saúde, lazer entre outros (VASCON, 2018).

Nas décadas de 80 e 90 a cidade passou a possuir outros eixos de expansão urbana, em função do Plano de Contemplação Urbana, criado por Jaime Lerner (SOUZA, 2014). O autor também afirma que foi o pontapé inicial para o surgimento de novos pontos de concentração de atividades econômicas e ocupação residencial. Contudo, segundo Souza (2014), apenas no ano de 2003 a cidade passou a ter um Plano Diretor próprio que estipulasse políticas de expansão e uso territorial, além de setorização e gestão do uso da terra.

A convergência destes processos de crescimento econômico e ocupação do espaço criou um cenário propício para a expansão urbana douradense no século XXI, regida pela especulação imobiliária. Dourados, assim como todas as cidades do Brasil, passou por um caminho de urbanização próprio. Porém, tal processo não se deu com a influência de apenas um setor de desenvolvimento e expansão urbana (SILVA, 2012), pois a cidade possui uma localização geográfica propícia para a expansão não só do agronegócio, como também da inserção de capital público e privado, o que a torna uma importante peça em sua rede urbana (VASCON, 2018).

Na prática, a expansão urbana baseou-se na conversão, de forma linear, de terras rurais em urbanas, o que gerou uma horizontalização ambígua do preenchimento urbano, pois ao mesmo tempo que existe um gradual loteamento dos espaços, também existe uma ocupação fragmentada que gera vazios urbanos na configuração da cidade (SILVA, 2017). O autor ainda destaca que graças à convergência do interesse das empresas loteadoras, dos fornecedores da terra e da camada política da cidade no crescimento urbano de Dourados, houve o surgimento e a consolidação de condomínios horizontais que, inicialmente, estabeleceram-se na porção norte da cidade vencendo o obstáculo do vale do córrego Laranja Doce e, posteriormente, passaram a englobar terras sem conexão com o centro urbano, gerando espaços vazios que cada vez mais vêm sendo ocupados por loteamentos privados (SILVA, 2017).

Segundo Silva (2017), o primeiro empreendimento da recém onda de urbanização de Dourados foi a primeira etapa do condomínio Ecoville, em 2008. A partir daí, ressalta o autor, notou-se o surgimento de outros condomínios horizontais privados, não só para as camadas mais ricas da sociedade, como também para a classe média e os mais pobres. Este aumento de condomínios horizontais veio acompanhado da implantação de novas

vias de tráfego e comércios, o que fez surgir novas formas de poluição e agressão ao meio ambiente (SILVA, 2017). Destaca-se ainda que a Lei 3844 de 24/11/2014 foi a última até os dias de hoje a estabelecer o tamanho do perímetro urbano de Dourados, estipulando uma área de 215,7 km², o que, segundo Silva (2017), significa um aumento de mais de 250% no seu tamanho, fato que demonstra o grande crescimento da urbanização douradense nos últimos 20 anos.

A outra via de expansão urbana em Dourados foi a de projetos sociais de habitação popular. Nesse sentido, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foi o carro chefe do surgimento de novas áreas habitadas na cidade. Para as empresas privadas, participar da construção de condomínios de iniciativa social é tão lucrativo quanto para os espaços de habitação de alto padrão, pois os projetos de moradia possuem um teto de gastos que gera lucro se há um baixo custo na construção e no preço da terra (CARDOSO, ARAGÃO e ARAÚJO, 2011). A realização do programa PMCMV se deu em 2011 com a entrega das primeiras unidades habitacionais que, por sua vez, se encontram em condomínios com questões importantes na organização da cidade, pois além da sua execução ter pouca participação da sociedade ou do Estado, a localização do empreendimento se deu em áreas afastadas da cidade, o que implica dificuldade de deslocamento devido à falta de proximidade de serviços como comércios, saúde e educação (JESUS, 2014). Tal modelo é uma marca das cidades de grande e médio porte: a segregação das camadas mais pobres da população em áreas periféricas da cidade.

Para Souza (2018) o espaço urbano reproduz a complexidade da estrutura social de classes, sendo assim, tendo como base o contexto histórico-geográfico da expansão urbana brasileira e, particularmente, o da cidade de Dourados, nota-se uma clara ambiguidade nos processos de loteamento e ocupação da terra.

O presente trabalho comparou as áreas construídas de edificações em dois setores censitários de Dourados, MS e analisou a estrutura social dos moradores dos setores pesquisados a fim de estabelecer uma relação entre as características sociais e físicas.

2 METODOLOGIA

O trabalho adotou como caso de estudo a cidade de Dourados (Figura 1) no Mato Grosso do Sul, localizada no centro sul do estado e com população de 225495 habitantes (IBGE, 2020).

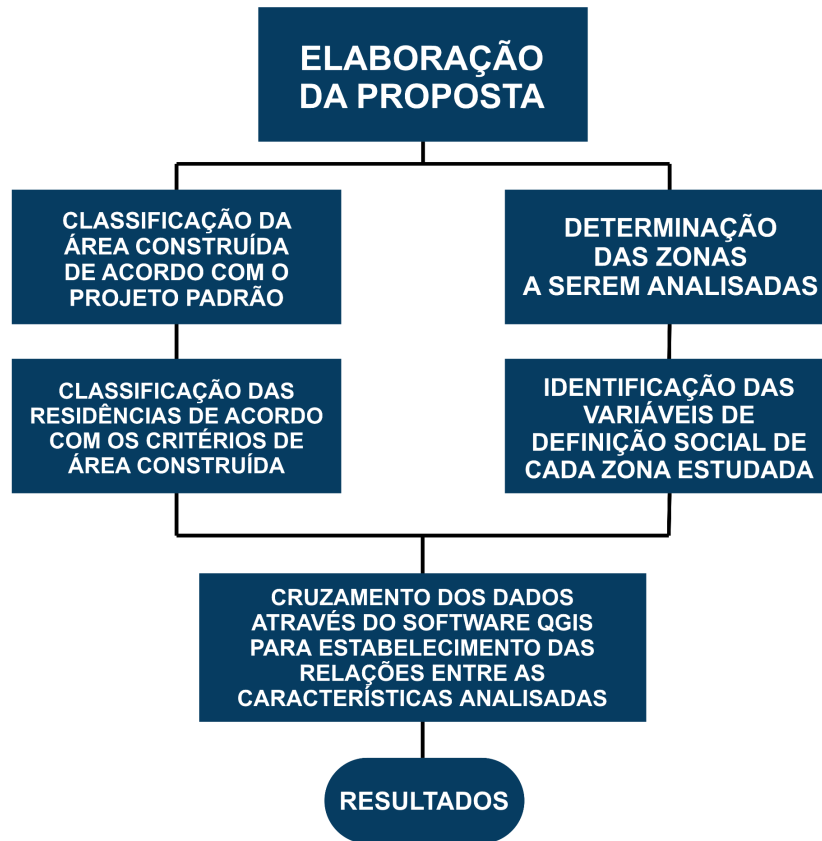
Figura 1 - Dourados e sua localização no Mato Grosso do Sul



Fonte: Lunas e Ribas (2013).

A proposta da metodologia é comparar informações de área construída do projeto padrão, contido na NBR 12721 (ABNT, 2005), com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a quantidade de habitantes dos setores escolhidos, bem como suas características sociais e econômicas. As etapas da metodologia são apresentadas na Figura 2.

Figura 2 - Fluxograma das etapas da metodologia



Fonte: Autor (2021).

O primeiro procedimento da metodologia foi classificar as áreas construídas das edificações por meio de normativa. Segundo a NBR 12721 de 2005, um projeto padrão é um projeto selecionado que indica situações limitantes em que as edificações irão se enquadrar e, em relação à área real construída, é subdividido entre alto, médio, baixo e popular, além disso, a norma contém especificações de projetos modelos para espaços comerciais e galpões industriais (ABNT, 2005). Dentre os itens presentes na NBR 12721, que caracteriza o projeto padrão, extraiu-se, a fim de se adequar ao objetivo do trabalho, a área construída padrão de cada tipo de construção. O Quadro 1 traz a área e algumas características da classificação estabelecida pela norma.

Quadro 1 - Características das edificações de acordo com o projeto padrão

PROJETOS PADRÃO PARA RESIDÊNCIA UNIFAMILIAR		
Projeto padrão	Características	Área real (m ²)
Padrão Alto (PA)	Residência composta por: <ul style="list-style-type: none"> - 4 dormitórios, sendo um suíte com banheiro e closet, outro com banheiro; - 1 banheiro social; - Sala de estar; - Sala de jantar; - Sala íntima; - Circulação; - Cozinha; - Área de serviço completa; - Varanda (abrigo para automóvel); 	224,82
Padrão Médio (PM)	Residência composta por: <ul style="list-style-type: none"> - 3 dormitórios, sendo um suíte com banheiro e closet, outro com banheiro; - 1 banheiro social; - Sala; - Sala de jantar; - Sala íntima; - Circulação; - Cozinha; - Área de serviço com banheiro; - Varanda (abrigo para automóvel); 	106,44
Padrão Baixo (PB)	Residência composta por: <ul style="list-style-type: none"> - 2 dormitórios; - Sala; - Banheiro - Cozinha; - Área para tanque; 	58,64
Continuação		
Padrão Popular (PP)	Residência composta por: <ul style="list-style-type: none"> - 2 dormitórios; - Sala; - Banheiro - Cozinha; 	39,56

Adaptado da NBR 12271 (ABNT, 2005).

Com base em um software de mapeamento do território, fornecido pelo site da Prefeitura de Dourados (WebGis Dourados) e o software de geoprocessamento QGIS, listou-se todas as quadras, lotes e residências de cada setor, bem como suas áreas

correspondentes. Com essas informações e através da classificação da NBR 12271 obteve-se a classificação do projeto padrão de cada edificação.

Em seguida, identificou-se os setores censitários escolhidos para análise e discussão dos resultados, para isso, utilizou-se a base de dados do IBGE de acordo com censo de 2010. Dourados possui 298 setores censitários, dos quais, com base no processo de expansão urbana, adotou-se o 154 e o 93.

Após a determinação dos setores censitários a serem analisados, identificou-se os dados correspondentes a eles na Base de Informações do Censo Demográfico de 2010, do IBGE. Este documento indica as variáveis de classificação populacional e como interpretá-las. Cada variável representa um tipo de dado dentro de uma planilha com tema específico. O documento pode ser utilizado para a construção de informações sobre os municípios e tem como objetivo a cobertura de todo o território, bem como a facilitação do fluxo de informações para a sociedade (IBGE, 2011). Esta etapa da metodologia se deu pela localização dessas variáveis para estudo das características sociais da população. Primeiramente obteve-se a quantidade de pessoas habitando domicílios em cada setor, indicada pela variável V001. Em seguida, identificou-se a renda dos domicílios considerados através da variável V005, assim indicando sua situação econômica.

Ainda utilizando-se da Base de Informações do Censo Demográfico 2010, analisou-se também a situação étnico-social da população dos setores selecionados, através de variáveis referentes à raça/cor, presentes em outra planilha. A variável V002 indica a quantidade de pessoas residentes de cor ou raça branca. A variável V003 indica a quantidade de pessoas residentes de cor ou raça preta. A variável V004 indica a quantidade de pessoas residentes de cor ou raça amarela. A variável V005 indica a quantidade de pessoas residentes de cor ou raça parda. E por fim, a variável V006 indica a quantidade de pessoas residentes de cor ou raça indígena.

Com os dados de cada domicílio, de acordo com seu projeto padrão e a situação social censitária de cada setor, criou-se, de forma automática, mapas temáticos através do software livre QGis e estabeleceu-se a análise por meio da comparação socioeconômica entre as duas localidades através de tabelas e gráficos com as taxas percentuais.

No ambiente virtual do Qgis, já configurado com o sistema de referência de coordenadas utilizado no Brasil, o SIRGAS 2000, e com o sistema de projeção cartográfica configurado para a região de Mato Grosso do Sul (UTM-21S), adicionou-se

as bases de dados censitários do IBGE, disponíveis no site do instituto. Em seguida, na mesma base de dados do IBGE, baixou-se os arquivos vetoriais denominados “*shapefile*” contendo a malha estadual de cidades e seus limites, tais dados também foram inseridos no ambiente virtual do Qgis. Com as bases já inseridas no programa, utilizou-se o comando “mesclar” para unir as camadas e associar os dados censitários de Dourados com seus limites geográficos. Através das bases de dados disponibilizadas pela prefeitura de Dourados, baixou-se outro arquivo “*shapefile*” contendo as edificações e suas áreas construídas, com atualização mais recente. Após mesclar todas as camadas, através da função “simbologia” obtiveram-se mapas temáticos e os resultados foram analisados e discutidos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após o cruzamento de dados foram obtidos dois conjuntos de mapas temáticos que correlacionam os setores censitários estudados. Além disso, a partir da base de dados do IBGE adaptou-se tabelas com os índices de cor/raça e renda nominal de pessoas acima de 10 anos. A Tabela 1 descreve os resultados obtidos para a renda de cada setor censitário.

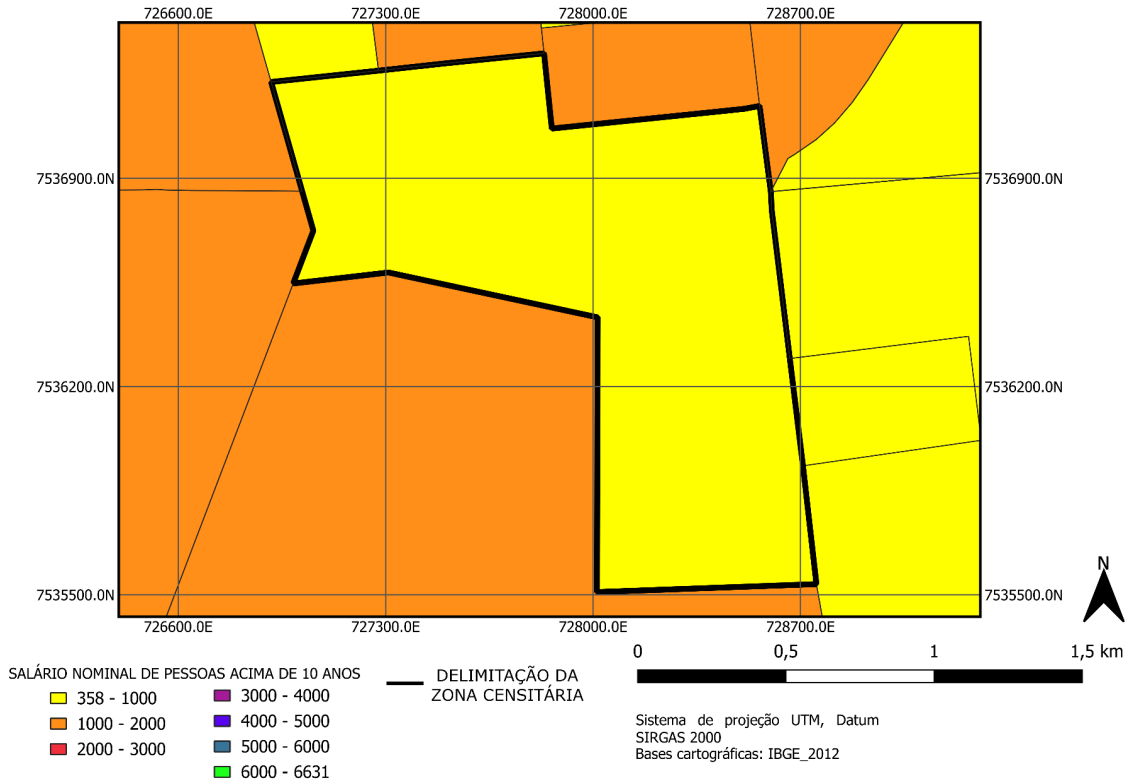
Tabela 1 - Dados censitários e econômicos da população dos setores 154 e 93 de Dourados

Situação econômica dos domicílios nos setores analisadas		
Variável	Setor Censitário	
	154	93
Quantidade de habitantes	860	1013
Valor do rendimento nominal mensal	948,34	2309,26

Fonte: Adaptada de IBGE, 2011.

O primeiro conjunto de mapas temáticos indica o salário nominal de pessoas acima de 10 anos em relação a cada setor censitário. A Figura 3 descreve a distribuição para o setor 154.

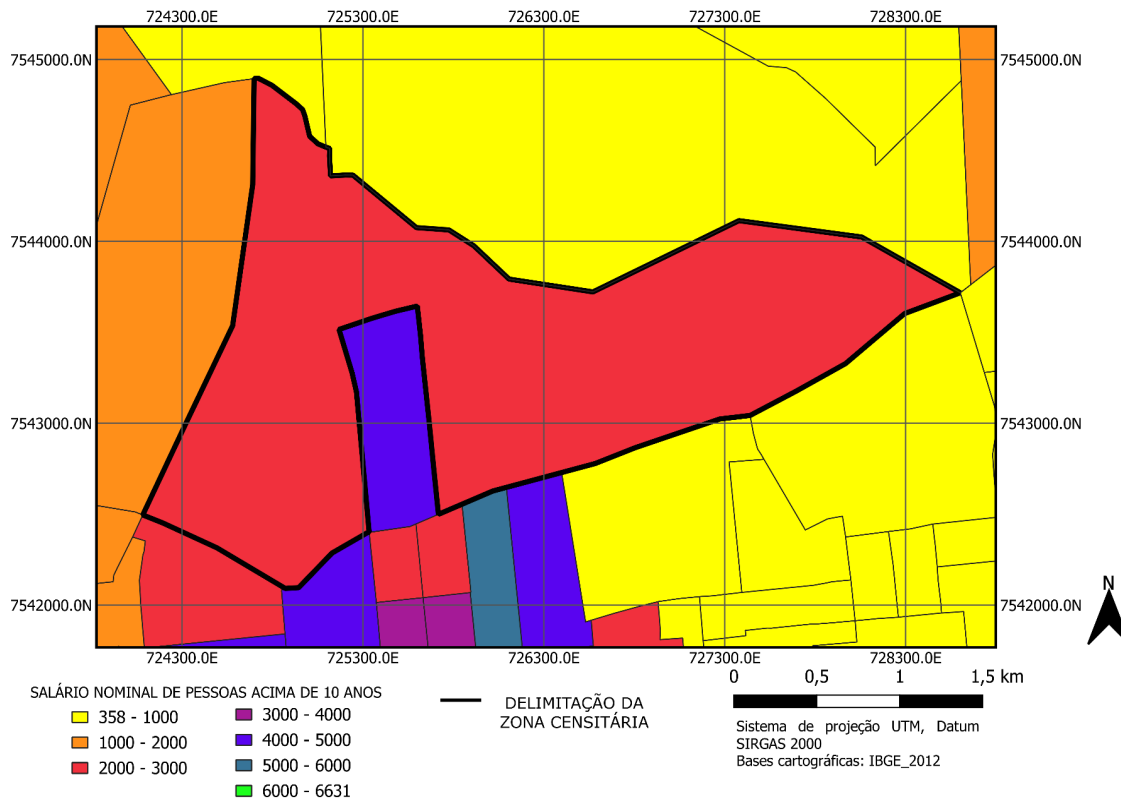
Figura 3 - Renda nominal do setor censitário 154



Fonte: Autor (2021).

A Figura 4 descreve a distribuição de rendimento nominal de pessoas acima de 10 anos para o setor 93.

Figura 4 - Renda nominal do setor censitário 93



Fonte: Autor (2021).

A Tabela 2 representa a quantidade de pessoas de cada cor/raça presentes em cada uma dos setores censitários.

Tabela 2 - Dados sociais da população dos setores censitários 154 e 93 de Dourados

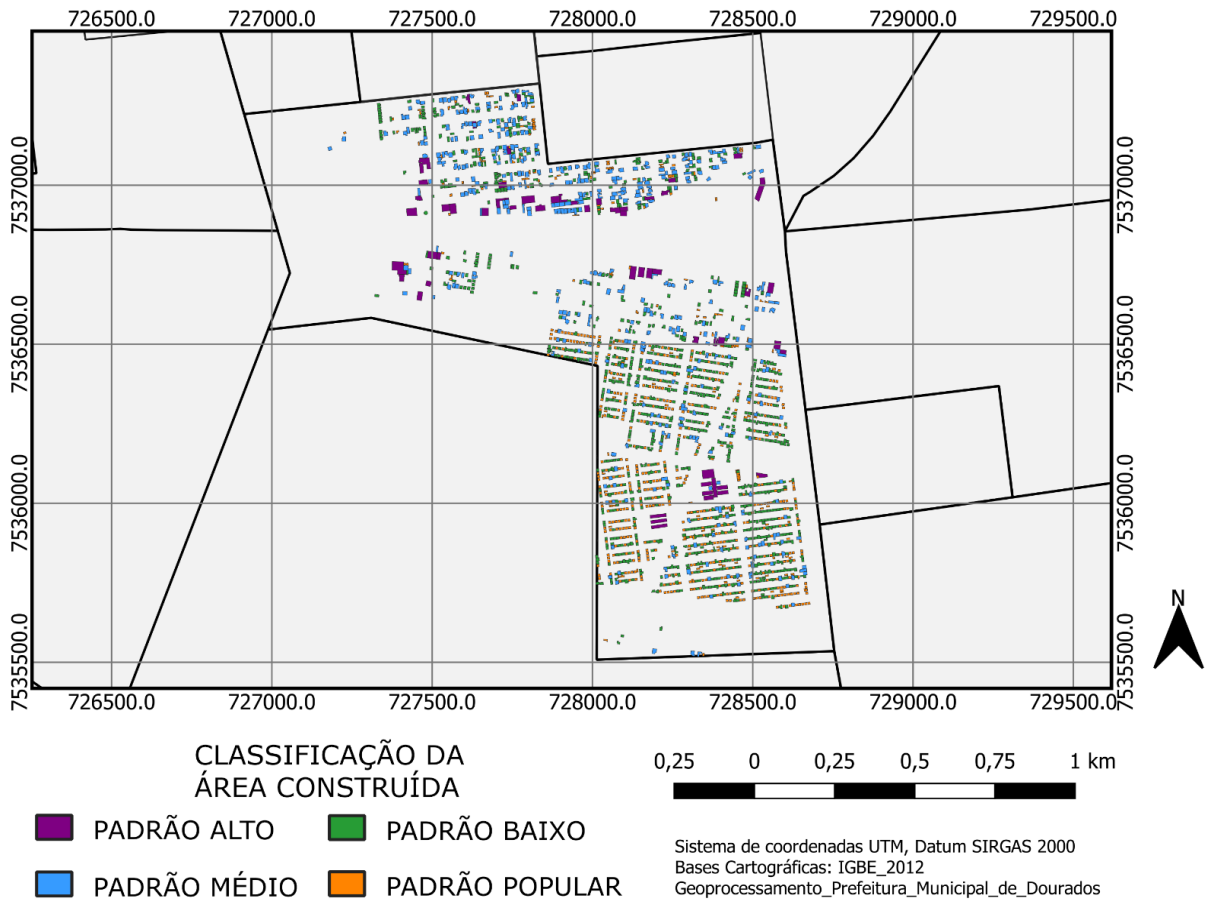
Situação econômica dos domicílios nos setores analisados		
Variável	Setor censitário	
	154	93
Pessoas residentes de cor ou raça branca	418	723
Pessoas residentes de cor ou raça preta	56	23
Pessoas residentes de cor ou raça amarela	3	43
Pessoas residentes de cor ou raça parda	383	180
Pessoas residentes de cor ou raça indígena	0	44
Total	860	1013

Fonte: Adaptada de IBGE, 2011.

De acordo com o censo do IBGE (2011), o setor 93 é composto por pessoas acima de 10 anos com renda nominal de 2309,26 reais, enquanto o setor 154 possui pessoas com renda de 948,34 reais. Esses valores podem ser observados nas Figuras 7 e 8.

O terceiro conjunto de mapas temáticos abrange as áreas construídas nos setores estudados. Após o cruzamento de dados geométricos das edificações com os projetos padrões, indicados pela norma NBR 12271, obteve-se um mapa para cada setor censitário. A Figura 5 classifica as edificações do setor censitário 154, conforme.

Figura 5 - Distribuição e classificação das edificações do setor 154

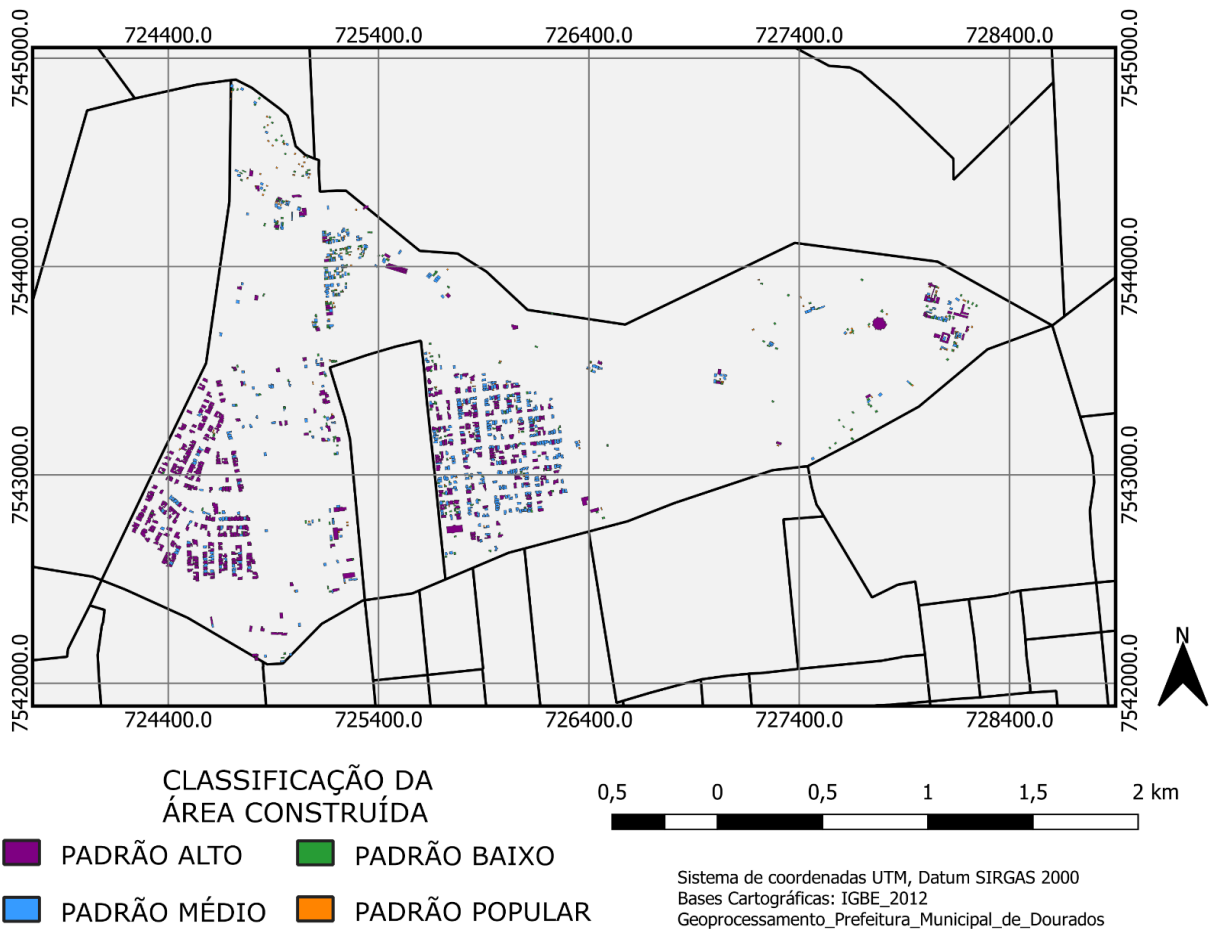


Fonte: Autor (2021).

No setor 154 foram encontradas 691 edificações com área de 39,56m² ou mais, correspondentes ao projeto padrão popular, 1032 edificações de 58,65m² ou mais correspondentes ao projeto padrão baixo, 430 edificações de 106,44 ou mais correspondentes ao projeto padrão médio e 59 edificações de 224,82m² ou mais correspondentes ao projeto padrão alto. Neste setor, encontra-se uma proporção de 48,6% de pessoas brancas, 6,51% de pessoas pretas, 0,34% de pessoas amarelas, 44,53% de pessoas pardas e 0% de pessoas indígenas.

O sexto mapa classifica as construções do setor censitário 93, conforme Figura 6.

Figura 6 - Distribuição e classificação das edificações do setor 93

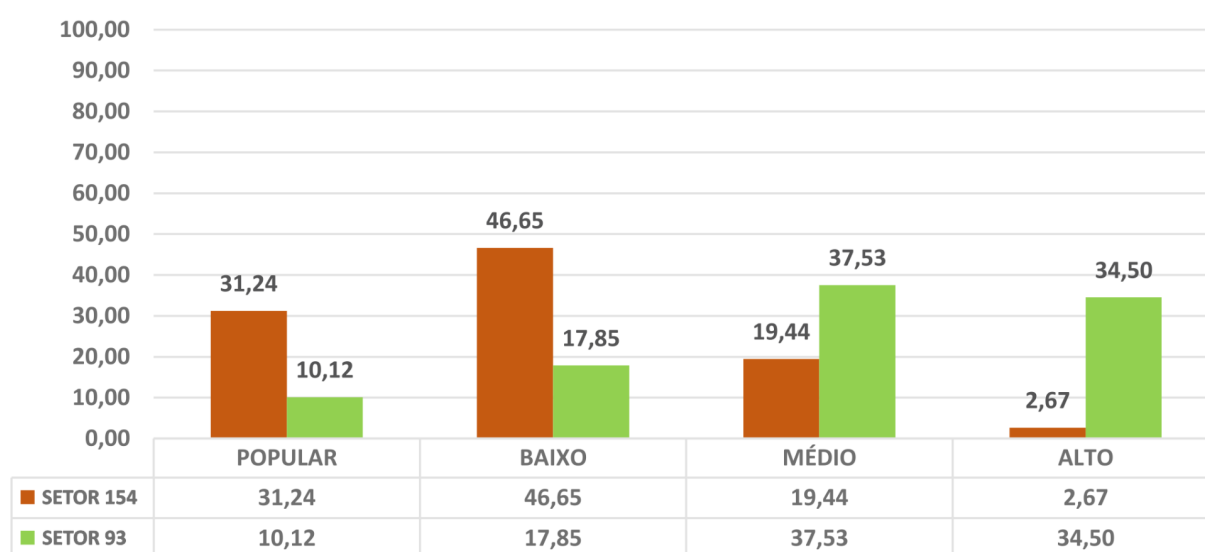


Fonte: Autor (2021).

No setor 93 foram encontradas 144 edificações com área de 39,56m² ou mais, correspondentes ao projeto padrão popular, 254 edificações de 58,65m² ou mais correspondentes ao projeto padrão baixo, 534 edificações de 106,44m² ou mais correspondentes ao projeto padrão médio e 491 edificações de 224,82m² ou mais correspondentes ao projeto padrão alto. Nesta região, encontrou-se uma proporção de raça ou cor, em relação ao total de habitantes, de 71,37% de pessoas brancas, 2,27% de pessoas pretas, 17,77% de pessoas amarelas, 4,24% de pessoas pardas e 4,34% de pessoas indígenas.

A Figura 7 apresenta a porcentagem de edificações classificadas de acordo com a área construída do projeto padrão, que está presente em cada setor censitário.

Figura 7 - Quantidade de edificações por setor proporcionalmente



Fonte: Autor (2021).

Do ponto de vista econômico, nota-se que o setor 93 possui uma renda nominal superior, de 243,50%, em relação ao salário do setor 154. Para Silva (2017) a expansão urbana douradense é movida por uma rede de interesses imobiliários composta por pequenas, médias e grandes empresas loteadoras e construtoras, além de interesses políticos que se alinham com a necessidade de reprodução do capital. O autor afirma que este processo faz com que camadas mais pobres da população se tornem desprovidas de melhores serviços urbanos, geração de empregos e conseqüentemente de renda, o que indica uma estratificação socioespacial no arranjo urbano. Portanto, quem possui maior renda conseqüentemente possuirá melhores condições de habitabilidade.

Percebe-se, através do mapa de áreas construídas, que tanto o setor 93 quanto o 154 possuem residências com características comuns entre si, entretanto com proporções diferentes. As edificações do setor 93 possuem, em sua maioria, um padrão de área construída alto e médio, já no setor 154 encontra-se predominantemente padrão baixo e popular.

Para demonstrar na prática a estratificação social no uso do solo, tomou-se como exemplo um bairro de cada setor, sendo o Ecoville do setor 93 e o Dioclécio Artuzi I do setor 154, ambos oriundos da mesma onda de urbanização na cidade de Dourados. No *site* da Associação Ecoville Clube Dourados, composta pelos proprietários do empreendimento, consta que o bairro possui 8 mil m² de área construída de praças e parques temáticos, 15,9 mil m² de área construída destinada ao lazer e esporte, composta por complexo de piscinas, *solarium*, quadra de *squash*, biribol, quadra de tênis, complexo

de quadras poliesportivas, *spa*, futebol *society*, salão de festa, espaço *gourmet*, quiosque churrasco, *playground*, prainha, entre outros, com terrenos entregues com o projeto de infraestrutura completo para os moradores (ASSOCIAÇÃO ECOVILLE CLUBE DOURADOS, 2021). Já o bairro Dioclécio I foi entregue apenas com as residências, sem muros ou qualquer outra estrutura a mais para os moradores. Segundo a inscrição imobiliária da Prefeitura de Dourados, todas as residências o bairro Dioclécio I possuem área construída de 38,37 m², à princípio (WEBGIS, 2021), o que as enquadra no padrão popular, mas, ao comparar-se com a atual configuração do bairro, nota-se que as residências passaram por modificações que as tornaram maiores.

De acordo com o condicionamento social-histórico do uso do solo, a expansão do espaço urbano implica maiores distâncias e concentração de oportunidades em regiões específicas, o que cria duas cidades dentro de uma. Fatias da população com as mesmas condições financeiras passam a habitar locais específicos da cidade, como conjuntos habitacionais criados pelo governo federal, ou condomínios de luxo advindos da iniciativa privada (ROLNIK e KLINK, 2011). Sendo assim, há uma tendência de segregação socioeconômica nos espaços urbanos, seja pelo isolamento em condomínios, seja pelas melhores condições de infraestrutura habitacional em locais com habitantes de maior renda. Um exemplo de empreendimento que propicia melhores condições de infraestrutura é apresentado na Figura 8.

Figura 8 - Área de lazer do bairro Ecoville



Fonte: Associação Ecoville Clube Dourados (2021).

A Figura 9 demonstra um exemplo de empreendimento em Dourados com baixa qualidade de infraestrutura.

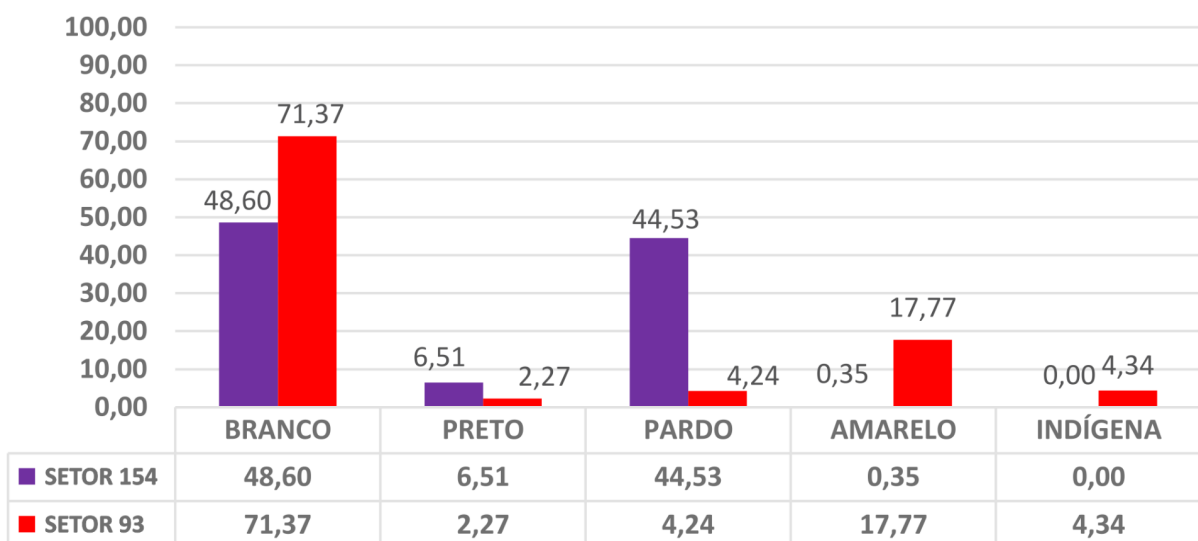
Figura 9 - Bairro Dioclécio Artuzi I no dia de sua entrega



Fonte: Autor (2021).

Ao analisar-se os parâmetros étno-sociais obtém-se um percentual maior de pessoas brancas habitando o setor 93 (71,37%), onde também se encontra o bairro Ecoville, um índice de mais da metade da população, enquanto o setor 154, onde encontra-se o bairro Dioclécio Artuzi I, possui um equilíbrio entre pessoas brancas e pardas. A quantidade de pessoas da cor/raça parda é muito maior (mais de 1000%) no setor 154 em relação ao setor 93. A Figura 10 indica como a quantidade de pessoas de cada cor ou raça varia por bairro percentualmente.

Figura 10 - Quantidade de pessoas de cada cor ou raça por setor proporcionalmente



Fonte: Autor (2021).

Para Souza (2019) a desigualdade no Brasil é caracterizada por fatores dependentes, pois a renda está diretamente ligada com a escolaridade que, por sua vez, é definida pela origem social do indivíduo. O autor ainda ressalta o déficit escolar da população preta e parda em relação aos brancos. Segundo o IBGE (2017), o abandono da escola no ensino fundamental é maior entre as pessoas pretas e pardas, além disso a quantidade de pessoas brancas acima de 25 anos com ensino superior completo é maior que o dobro das pessoas pretas e pardas. Ao confrontar-se os dois setores nota-se que a renda está interligada com a cor, visto que onde o salário é maior, há também maiores quantidades de pessoas brancas e menores de pessoas pardas.

O comparativo entre os dois setores demonstra que, mesmo sendo localidades às margens da cidade, cumprem funções baseadas em interesses antagônicos diretamente relacionados com a origem social e que se materializam na configuração de suas estruturas habitacionais. A mercantilização dos espaços urbanos tornou Dourados duas cidades em uma. De um lado uma população habitando localidades com menor infraestrutura habitacional, demonstrada pela maioria de residências com projeto padrão baixo ou popular, composta, em grande parte, por pessoas brancas e pardas com renda inferior ao “outro lado”. A outra cidade é composta por pessoas que habitam localidades com melhor infraestrutura, demonstrada pelo alto índice de edificações com projeto padrão alto e médio, que garantem lazer e bem estar aos seus indivíduos que, por sua vez, são compostos por uma maioria branca. Sendo assim, quem possui maior ascensão social, também possuirá maior conforto e melhor infraestrutura em suas habitações, pois a terra, ao tornar-se mercadoria, passa a ser vendida e modificada a fim de favorecer quem pode pagar mais.

5 CONCLUSÃO

O viver em sociedade se materializa através das cidades que, por sua vez, são resultantes de várias interações histórico-geográficas. Moldadas pelo capitalismo e suas fases, as redes urbanas constituíram verdadeiros “quebra-cabeças”, onde cada peça se posiciona de acordo com o interesse de uma minoria que detém o poder econômico. Tal processo de exploração sistêmica alienou o uso do solo e seus significados profundos e transformou a terra em mercadoria. No Brasil, as cidades são reflexos da herança colonial-escravista e dos anos de ditadura no país, pois, conforme as cidades crescem,

observam-se as diferenças sociais entre pessoas brancas e não-brancas, na economia e na habitação.

Dourados é uma cidade importante, na sua rede urbana, pela posição geográfica estratégica e por fatores econômicos que influenciam as cidades vizinhas. A cidade passou por diferentes processos históricos, assim como o resto do país, sendo assim, também está condicionada à mesma herança histórica. Portanto, Dourados também apresenta desigualdades sociais que mostram sua face através das características de habitação e das condições socioeconômicas da sua população. O presente trabalho permitiu caracterizar setores censitários da cidade pertencentes ao mesmo processo de urbanização, mas que se consolidaram a partir de dinâmicas diretamente relacionadas à mercantilização do uso do solo.

Os setores censitários caracterizados, 93 e 154, apresentam nítidas diferenças de renda e de padrão de habitação que estão relacionadas com a raça/cor. O setor 93 possui edificações, em sua maioria, caracterizadas como projeto padrão médio e alto e pode ser representada pelo bairro Ecoville, um condomínio com infraestrutura de lazer completa. O setor 154, de contrapartida, possui edificações majoritariamente de projeto padrão baixo e popular e um dos bairros que a compõem é um conjunto habitacional, Dioclécio Artuzi I, do projeto Minha Casa Minha Vida. Ao comparar as duas regiões da cidade constatou-se que o setor 93 possui residentes em sua maioria brancos (71,37%) e com salários superiores (mais que o dobro) aos do setor 154, de 2309,26 reais para o setor 93 e 948,34 reais para o setor 154, que, por sua vez, possui uma população com maioria não branca, cabendo destacar o alto índice de pessoas pardas em relação ao setor 93.

A caracterização dos dois setores permitiu constatar como a cidade de Dourados possui duas faces antagônicas e que, de forma prática, demonstra uma característica comum no país: a grande contradição da habitação. A mercantilização do uso da terra favorece quem pode pagar mais por ela. Ao comparar-se os dois setores censitários, constatou-se que indivíduos de cor branca, com melhores condições financeiras, irão habitar em localidades maiores e com mais qualidade do que pretos e pardos, por exemplo.

Seria impossível encontrar um panorama social das regiões analisadas sem os dados do censo do IBGE. Tais informações se encontram de forma gratuita no *site* do instituto. O software QGis foi de suma importância na obtenção de informações sobre as áreas construídas e no processamento de mapas temáticos que, por sua vez, permitiram

caracterizar a situação de cada setor. O embasamento teórico acerca do desenvolvimento do processo de urbanização do Brasil e de Dourados direcionou a obtenção dos resultados, pois, sem o conhecimento histórico-social, a obtenção de dados não se tornaria prática.

O ser humano é o motor da engenharia, ele projeta, desenvolve, executa e, teoricamente, usufrui do próprio esforço. Uma materialização dos processos de construção que não tenha foco em favorecer a todos, se torna uma espécie de “vaso para poucas flores”, um aglomerado de concreto e metal utilizado em favor de uma minoria.

O presente trabalho propôs a caracterização de setores censitários através de mapas temáticos e dados censitários, mas também trouxe uma reflexão que pode fazer parte da práxis no âmbito da Engenharia Civil. Sendo assim, o surgimento de mais trabalhos na área do urbanismo, que busquem caracterizar a situação socioeconômica do desenvolvimento das cidades, servirá de base para a prática de melhorias para a sociedade, como programas de moradia que promovam melhores condições de habitação para as populações de baixa renda. Portanto, identificar como a urbanização e as ferramentas de seu desenvolvimento existem em favor de quem pode pagar mais, é o primeiro passo para buscar formas de reverter essa situação, construindo uma sociedade mais igualitária e uma Engenharia Civil mais humana.

Em função da pandemia do COVID-19, não foi possível incorporar elementos da configuração das residências, tais como quantidade de quartos, banheiros, salas, entre outros. Além disso, o novo censo do IBGE foi adiado devido ao risco de contágio pelo vírus. Portanto, recomenda-se para trabalhos futuros a atualização de dados censitários, bem como a caracterização de outros elementos das residências. Por fim, sugere-se adicionar à pesquisa estudos relacionados à cultura indígena que, por sua vez, é elemento essencial para o entendimento histórico-social de Dourados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO. **Ecoville Dourados**. S.d. Disponível em <http://www.ecovilledourados.com.br/img/gallery/IMG_8862.JPG>. Acesso em 10 de out 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12721**: Avaliação de custos de construção para incorporação imobiliária e outras disposições para condomínios edifícios. Rio de Janeiro: ABNT, 2005. Disponível em: <<https://central3.to.gov.br/arquivo/176706/>>. Acesso em 25 de nov. 2020.

ALMEIDA, M. H. T. de. **The social policies of Lula's administration**. Novos estud. CEBRAP: São Paulo, v. 1, Selected Edition, 2005. Disponível em: <http://socialsciences.scielo.org/pdf/s_nec/v1nse/scs_a02.pdf>. Acesso em 17 de out. 2020.

ARRETCHE, M. **Federalismo e políticas sociais no Brasil**: problemas de coordenação e autonomia. São Paulo Perspec., São Paulo, v. 18, n. 2, p. 17-26, June 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/spp/a/yrdb5VzhMD8wyrZDDS6WvVP/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso 28 de set. 2020.

CARDOSO, A. L., ARAGÃO, T. A., ARAÚJO, F.S. **Habitação de interesse social**: política ou mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano. In: Anais do Encontro Nacional da ANPUR, 15, Rio de Janeiro, 2011, p.1-20. Disponível em <<https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenapur/article/view/683/669>>. Acesso em 2 de dez. 2020.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. Disponível em: <www.mom.arq.ufmg.br/mom/02_babel/textos/harvey-producao-capitalista-espaco.pdf>. Acesso em 22 de nov. 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Base de informações do Censo Demográfico 2010: Resultados do Universo por setor censitário**. Rio de Janeiro: [s. n.], 2011. 201 p. Disponível em: <https://urbanidades.arq.br/wp-content/uploads/2019/01/documentacao_censo_2010.pdf>. Acesso em 15 de dez. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE . IBGE. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. [S.l.]. IBGE, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/10091/82292>>. Acesso em 2 de out. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE . IBGE. **Agregados por setor censitário**. [S.l.]. IBGE, 2011. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html>>. Acesso em 10 de dez. 2020.

JESUS, S. L. de. **A Política Pública Habitacional e os desdobramentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em uma cidade média**: Dourados-MS. 2014. 160 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/181/1/SaraLivinodeJesus.pdf>>. Acesso em 18 de nov. 2020.

LUNAS, S.F.C.M; RIBAS, R. L.M.L. **Parques Urbanos Municipais em Dourados - MS – Brasil**: Estado da Arte. REDES - Rev. Des. Regional, Santa Cruz do Sul, 2013, v. 18, p. 231 – 245. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/2572/2821>>. Acesso em 20 de out. 2020.

MARICATO, E. **O ministério das cidades e a política nacional de desenvolvimento urbano**. In: IPEA Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; (DISOC), Diretoria de Estudos e Políticas Sociais. Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise. Brasília: Ipea,

2006. p. 211-220. Disponível em:
<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4508/1/bps_n.12_ensaio2_ministerio12.pdf
>. Acesso em 26 de set. 2020.

NAGLIS, S. G. B. "**Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto**": os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND: (1943 -1960). 2008. 118 p. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2008. Disponível em:
<<https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/EDITORA/catalogo/marquei-aquele-lugar-com-o-suor-do-meu-rosto-os-colonos-da-colonia-agricola-nacional-de-dourados-cand-1943-1960-suzana-batista-naglis-3.pdf>>. Acesso em 31 de out. 2020.

PERFIL SÓCIO ECONÔMICO DE DOURADOS. FACE (Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia) Curso de Ciências Econômicas Da Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados/MS. Disponível em:
<<https://www.dourados.ms.gov.br/wp-content/uploads/2019/05/Perfil-Socioecon%C3%B4mico-de-Dourados-2.pdf>>. Acesso em 09 de out 2021.

ROLNIK, R.; KLINK, J. **Crescimento econômico e desenvolvimento urbano**: por que nossas cidades continuam tão precárias?. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo , n. 89, p. 89-109, Mar. 2011. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/nec/a/RVtd8zVwYXXbP74GzMM7tsD/?lang=pt>>. Acesso em 28 de set. de 2020.

SABINO, V. D. **Avaliação sobre a implementação do Plano Diretor Municipal de Dourados.** 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Gestão Ambiental) – Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2014. Disponível em:
<<https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/3989/1/VictorDengoSabino.pdf>>. Acesso em 01 de out. de 2020.

SAULE JÚNIOR, N. **O Direito à cidade como centro da nova agenda urbana.** In: (IPEA), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Boletim Regional, Urbano e Ambiental (BRU). Brasília: Ipea, 2016. p. 73-76. Disponível em
<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7114/1/BRU_n15_Direito.pdf>. Acesso em 31 de out. de 2020.

SILVA, M. C. T. da. Dourados-MS: expansão urbana extensiva e impactos socioambientais. In: silva, Walter Guedes da; SILVA, P. F. J. da. **Mato Grosso do Sul: integração e desenvolvimento urbano-regional.** Campo Grande: Life Editora, 2017. p. 201-229. Disponível em:
<https://www.researchgate.net/publication/320740556_Dourados-MS_Expansao_Urbana_Extensiva_e_Impactos_Socioambientais>. Acesso em 31 de out. de 2020.

SILVA, V. F. da. **Sob a perspectiva do novo**: um olhar sobre a dinâmica intraurbana de Dourados-MS e seu processo de urbanização. Caderno Prudentino de Geografia. Presidente Prudente, p. 97-119. ago. 2012. Disponível em:
<<https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/2033/1916>>. Acesso em 05 de out. de 2020.

SILVA, W. G. **A estratégia de integração do sul do estado de Mato Grosso ao território nacional durante o governo Vargas**: uma análise a partir da criação da

colônia agrícola nacional de dourados em 1943. Revista do Departamento de Geografia, [S. l.], v. 31, p. 26-42, 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/102834/115674>>. Acesso em 31 de out. 2020.

SOUZA, U. O. de. **Áreas ociosas dentro do perímetro urbano de Dourados-MS:** reflexão sobre a expansão de área urbana. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Gestão Ambiental) – Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/3644/1/UevertonOliveiradeSouza.pdf>>. Acesso em 17 de nov. 2020.

SOUZA, C. O. **Desigualdade racial:** um problema enraizado no mercado de trabalho no Brasil. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/50060/1/2019_tcc_cosouza.pdf>. Acesso em 20 de set. 2021.

VASCON, W. M. **Dourados-MS:** análise das políticas públicas de sua formação como cidade média. In: Encontro Nacional de Geógrafos, 19., 2018, João Pessoa. Pensar e fazer a geografia do século XXI. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2018. Disponível em <<http://www.eng2018.agb.org.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyl7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUIFVSZVZPljtzOjQ6IjM5OTYiO30iO3M6MToiaCI7czozMjoiNjhmOThkODA1N2JhMjRIYTBlbnTA3MjVjMmlyYzRmNGQiO30%3D>> Acesso em 16 de nov. 2020.

WEBGIZ, D. **Dourados, Mato Grosso do Sul** [mapa]. Escala não informada. Disponível em: <https://geodourados.dourados.ms.gov.br>. Acesso em 10 de out. 2021.